

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.343.426 - SP
(2018/0202151-4)**

RELATOR : **MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO**
AGRAVANTE : PAULO HENRIQUE MONTEMOR GARCIA
ADVOGADO : MATHEUS VECCHI E OUTRO(S) - SP236268
AGRAVADO : BRUNO CEZAR PAPANDRE
ADVOGADOS : THIAGO SANSÃO TOBIAS PERASSI - SP238335
MATHEUS ALVES RIBEIRO - SP208429
DANILO DE CARVALHO ABDALA - SP296407

EMENTA

AGRAVO INTERNO NO AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. INDENIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE. PRECLUSÃO. VALOR DOS DANOS MORAIS. MAJORAÇÃO. POSSIBILIDADE. AGRADO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. A não interposição de recurso especial contra o acórdão que reconheceu a responsabilidade do réu acarreta a preclusão da matéria, impedindo a parte de rediscuti-la na presente via de agravo interno.
2. É possível a intervenção desta Corte Superior para majorar o valor indenizatório por danos morais nos casos em que o *quantum* arbitrado pelo acórdão recorrido se mostre irrisório, como na espécie.
3. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça acordam, por unanimidade, negar provimento ao agravo interno, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator. Os Srs. Ministros Raul Araújo, Maria Isabel Gallotti, Antonio Carlos Ferreira (Presidente) e Marco Buzzi votaram com o Sr. Ministro Relator.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019(Data do Julgamento)

MINISTRO LUIS FELIPE SALOMÃO

Relator